

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.507 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2002

CAE dá parecer favorável a empréstimos para Acre e São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem autorizações para empréstimos externos no valor total de US\$ 427,8 milhões destinados aos estados do Acre e de São Paulo. Solicitação semelhante encaminhada por Rondônia teve a votação adiada por pedido de vista.

PÁGINA 4

Regiões mais pobres podem ter garantia de recursos do FAT

PÁGINA 5

Congresso promulga abertura da mídia ao capital estrangeiro

Emenda ao artigo 222 da Constituição reserva a brasileiros natos ou naturalizados 70% do capital das empresas do setor e poder decisório sobre o conteúdo da programação



Aécio Neves e Ramez Tebet assinam a emenda constitucional que autoriza a participação estrangeira na mídia

A emenda constitucional que permite investimento estrangeiro nas empresas de comunicação foi promulgada ontem, em sessão do Congresso Nacional. De acordo com o texto, a presença estrangeira poderá chegar a 30%, reservando-se 70% do capital e poder decisório sobre o conteúdo da programação a brasileiros natos ou naturalizados. Na presidência da sessão, o senador Ramez Tebet classificou a mudança no artigo 222 da Constituição como “uma transformação controlada”.

PÁGINA 3



Aprovada ampliação de espaço para a cultura regional na TV

A Comissão de Educação aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto do senador Antero Paes de Barros que garante maior destaque à programação regional nas emissoras de rádio e TV. A matéria poderá ser enviada diretamente à Câmara, a menos que haja recurso para sua apreciação pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 2

Projeto aprovado pela Comissão de Educação dá prazo de cinco anos para que emissoras se adaptem às exigências

Comissão acolhe acordo Brasil-EUA em defesa da concorrência

PÁGINA 8

Texto do acordo provocou debates na Comissão de Relações Exteriores



Está pronto para ir à Câmara projeto que estimula a cultura regional na TV

Proposta foi acolhida ontem em turno suplementar pela Comissão de Educação, que também aprovou parecer favorável à criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco

Já pode ser enviado à Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para sua votação em Plenário, projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que garante maior destaque à programação regional nas emissoras de rádio

e televisão. O texto foi aprovado ontem de forma terminativa e em turno suplementar pela Comissão de Educação (CE), na forma de substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

De acordo com o substitutivo, as emissoras brasileiras de rádio e TV deverão dedicar pelo menos 30% de sua programação à cultura local e regional. Elas terão o prazo de cinco anos para atender à determinação. A porcentagem valerá para os horários das 18h às



Projeto de Antero Paes de Barros, relatado por Casildo Maldaner, estabelece horário específico para programação regional

22h, na televisão, e das 6h às 18h, no caso do rádio. As emissoras que deixarem de cumprir as normas sofrerão multas de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, atualizadas de acordo com a legislação vigente.

UNIVERSIDADE

A Comissão de Educação também aprovou parecer favorável a projeto de lei da Câmara que prevê a criação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. A instituição será baseada nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), e poderá es-

tender sua atuação à região do semi-árido nordestino.

O relator da proposta, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), ressaltou em seu voto o caráter estratégico da implantação de um centro de ensino e pesquisa na região do Rio São Francisco, transformado nos últimos anos em importante região de fruticultura irrigada.

— Essa área constitui exemplo do que pode e deve ser feito no sertão nordestino para superar o quadro de pobreza e subdesenvolvimento — observou Ornélas.

Durante a discussão do projeto, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) disse que endossava o parecer do relator e elogiou a descentralização do ensino superior na região. Os senadores Lindberg Cury (PFL-DF) e Mauro Miranda (PMDB-GO) lembraram a importância do Rio São Francisco para a integração nacional. Ney

Suassuna (PMDB-PB) defendeu a revitalização do rio e o cuidado com suas matas ciliares. O senador Chico Sartori (PSDB-RO) afirmou que a região seria adequada, por contar com terra e água em abundância, para a realização de projeto de reforma agrária.

HOMENAGENS

Ainda ontem a CE aprovou três projetos em caráter terminativo. Os dois primeiros são de autoria do senador Mauro Miranda. Um deles denomina Múcio Teixeira o viaduto localizado na rodovia BR-060, em Goiânia (GO). O segundo intitula Ovídio José dos Santos o viaduto situado na BR-153, em Morrinhos (GO). O terceiro projeto, do senador Paulo Hartung (PSB-ES), denomina Sérgio Ceotto ponte sobre o Rio Doce, localizada no município de Colatina (ES).

Foi também aprovado parecer favorável a projeto de lei da Câmara que confere ao governador paulista Mário Covas, já falecido, o título de Patrono do Turismo Nacional.

Plenário pode ser dispensado de votar autorizações para rádios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, às 10h, reunião para analisar pauta de 45 itens. Entre eles, está o relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR) em resposta à consulta do senador Moreira Mendes (PFL-RO) sobre a possibilidade legal de projetos de decreto legislativo que tratam de concessões para instalação de emissoras de rádio e TV virem a ser analisados em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE).

Osmar Dias conclui que o Regimento Interno do Senado não proíbe a apreciação terminativa

dessas proposições pela CE. Porém, o senador, que é vice-presidente da CCJ, sugere que o presidente do Senado, Ramez Tebet, confira oficialmente esse poder à comissão, depois de ouvidas as lideranças dos partidos com representação na Casa.

Atualmente, esses projetos, que são resultado de mensagens presidenciais que encaminham os processos de rádio e TV para análise no Congresso, são enviados à Câmara dos Deputados para votação. Só então seguem para a Comissão de Educação do Senado e, em seguida, são submetidos ao

Plenário da Casa.

FURNAS

A CCJ também deve analisar relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO) sobre projeto de decreto legislativo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que cancela os efeitos do decreto do governo federal que autoriza a cisão da estatal Furnas Centrais Elétricas S.A. Lando recomenda a aprovação da proposição, mas o vice-líder do



Moreira fez consulta sobre possibilidade de a CE decidir terminativamente sobre pedidos

governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), já apresentou relatório alternativo, contrário ao projeto.

Dois projetos de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que alteram o Código de Trânsito Brasileiro também podem ser votados em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe a deputada Nair Lobo
11h — Recebe o deputado Arnaldo Faria de Sá
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/02, acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02 (tramitando em conjunto com a PEC nº 6/02), acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios); PLS nº 105/02, dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos, entre outros.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 106/01, revoga os parágrafos do artigo 899 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e normas conexas, para extinguir a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas; PLC nº 31/01, dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no SUS; PLC nº 120/01, cria os conselhos federal e regionais de sociólogos; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: recurso da Presidência do Senado de sua própria decisão que indeferiu o Requerimento nº 715/01, da senadora Marina Silva, solicitando que, além da tramitação regimental pelo CCJ da PEC nº 38/99, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (competência privativa do Senado para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas), seja ouvida, também, a CAS; PLS nº 285/99, regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de fazer clones de embriões de seres humanos; entre outros.

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02, altera os artigos 100 e 156 da Constituição federal e o artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF); e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/02 (tramitando em conjunto com a PEC nº 6/02), acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios).

Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 18/02

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Promulgada emenda do capital externo na mídia

Artigo 222 da Constituição passa a dispor que pelo menos 70% do capital das empresas de comunicação deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos

Reunido sob a presidência do senador Ramez Tebet, o Congresso Nacional promulgou ontem a Emenda Constitucional 36, destinada a permitir que as empresas de comunicação abram até 30% do seu capital à participação de investimentos estrangeiros. Durante a sessão, o presidente do Senado disse que cabe ao Poder Legislativo não só preparar o país para as transformações, mas também comandá-las.

Com a emenda, o artigo 222 da Constituição federal passa a dispor que pelo menos 70% do capital total e votante dessas empresas deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, os quais exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades, estabelecendo o conteúdo de sua programação.

O texto aprovado também estabelece que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada por qualquer empresa de comunicação social serão privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

A emenda determina que os meios de comunicação eletrônica, independentemente da tec-

nologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar princípios como a preferência por finalidades educativas e promoção da cultura nacional e regional, além de estimular a produção independente e respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Ao encerrar a sessão, Ramez Tebet designou o dia 5 de junho, às 14h30, para a eleição dos componentes do Conselho de Comunicação Social, órgão não deliberativo que auxiliará o Legislativo em matérias relativas à liberdade de manifestação do pensamento, de criação, de expressão e de informação.

Desde 1988, a Constituição federal prevê a criação do conselho, normatizado por lei aprovada em 1991, mas que ainda exige a eleição pelo Congresso Nacional de 13 integrantes para compô-lo. Conforme o exigido pela lei, todos os integrantes deverão ser brasileiros, maiores de idade, e gozar de reputação ilibada.

Para Tebet, presença estrangeira é “uma transformação controlada”

O presidente do Congresso Nacional, senador Ramez Tebet, disse ontem que a emenda que permite a participação estrangeira no capital das empresas de comunicação representa “uma transformação controlada”, e não uma revolução. A emenda, promulgada ontem, vai permitir, na avaliação de Tebet, maior agilidade e poder ao setor.

— A comunicação social é uma porta que só deve ser aberta por dentro, nunca por fora. O Congresso Nacional tomou essa decisão, bem como vai instalar o Conselho Nacional de Comunicação Social, como parte de uma transformação necessária, mas efetuada sob absoluto controle da sociedade brasileira — disse Tebet, durante a sessão para a promulgação da emenda.

O senador acrescentou que o

mundo vive um período de intensas transformações econômicas e estratégicas, que o Brasil precisa acompanhar. “O maior agora é o mais ágil”, disse, acrescentando que a adesão do país à globalização e à integração internacional deve ser um processo sob controle dos brasileiros. Ele homenageou o primeiro signatário da proposta de emenda à Constituição, o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Ramez Tebet lembrou que o Brasil sempre impôs limitações ao controle acionário das empresas de comunicação social, permitido apenas a brasileiros natos ou naturalizados, e que isso está sendo mantido. O que se está fazendo, disse ele, é uma adaptação necessária aos novos tempos.



Ramez Tebet presidiu a sessão do Congresso Nacional em que foi promulgada a emenda

Santos destaca importância do Conselho de Comunicação

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), registrou ontem a importância da votação, pelo Congresso Nacional, da lista de nomes que comporão o Conselho de Comunicação Social, órgão encarregado de assessorar o Legislativo na avaliação de pedidos de concessões para emissoras de rádio e televisão e outras decisões relativas à comunicação social. A votação estava marcada para ontem, mas foi transferida para a próxima quarta-feira.

— É uma grande conquista. O conselho deverá apresentar recomendações para que se cumpra o capítulo de Comunicação Social da Constituição, por meio do estímulo a uma cultura de paz, à cultura regional e a uma programação mais educativa — afirmou Santos na reunião da CE.

A ocasião de votação dos nomes do conselho havia sido apontada minutos antes, pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), como uma “data histórica” para o país. Ela foi relatora de um dos 27 projetos de decreto legislativo sobre concessões e autorizações para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão que receberam ontem parecer favorável da comissão.

Para operar serviços de televisão, receberam parecer favorável a Fundação Educativa Apoio, em Taguatinga (DF); a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, em Joinville (SC); a Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha, em Vitória



José Cruz

Ricardo Santos vê a instalação do Conselho de Comunicação Social como “uma grande conquista”

(ES); e a Fundação 15 de Agosto, em Juazeiro do Norte (BA).

Para operação em frequência modulada, têm parecer favorável a Rádio Ondas Verdes, de Catanduva (SP); Rádio Atlântida FM, de Passo Fundo (RS); GMN 3 Publicidade Ltda., de Diamantino (MT); Fundação Educativa e Cultural Areias Brancas, de Posse (GO); e Rádio JK FM, de Taguatinga (DF).

A comissão também opinou favoravelmente à operação em ondas médias da Rádio Águas Quentes, de Fernandópolis (SP); Rádio Vale do Contestado, de Videira (SC); Fundação João Paulo II, de Palmas (TO); Rede Associada de Difusão, de Santa Isabel (SP); Rede Brasil Norte de Comunicação, de Dianópolis (TO); e Rádio Caturité, de Campina Grande (PB).

Ainda obtiveram parecer favorável para operar serviço de radiodifusão comunitária 12 entidades. Os projetos aprovados pela Comissão de Educação serão agora submetidos ao Plenário do Senado.

Emilia registra inauguração de estúdio público

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) destacou a inauguração do primeiro estúdio público de gravação brasileiro, localizado no Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), em Porto Alegre (RS). Ela informou que o estúdio está vinculado à Secretaria de Cultura do estado e será utilizado para gravações de CDs e para a reprodução dos antigos discos de 78 rotações.

O estúdio, que leva o nome do cantor César Passarinho, um dos maiores intérpretes da música regional gaúcha, falecido em 1998, estará à disposição de principiantes e músicos veteranos que ainda não conseguiram registrar seus trabalhos em CD, informou a senadora. Estudantes e pesquisadores também terão acesso ao estúdio.

Emilia Fernandes ressaltou que o espaço permitirá aos músicos sem condições financeiras custear a gravação de um CD, pagando preços mais acessíveis do que os praticados pelos estúdios convencionais. Todo o dinheiro arrecadado, acrescentou a senadora, será reinvestido em manutenção e compra de novos equipamentos.

— Essa iniciativa tem por finalidade valorizar a cultura. Representa o respeito que o governo do estado do Rio Grande do Sul tem para com as suas tradições e manifestações populares — disse Emilia Fernandes, para quem “incentivar a participação de todos os segmentos, criando mecanismos de acesso aos equipamentos culturais, como um estúdio público a preços populares, é um dever e um compromisso”.



Jane de Araújo

Emilia diz que iniciativa de criar estúdio público de gravação valoriza a cultura

Empréstimos beneficiam São Paulo e Acre

Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aprovam autorizações para que sejam contratadas operações de crédito externo no valor total de US\$ 427,8 milhões junto ao BID e ao Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), reunida ontem sob a presidência do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), aprovou autorização para que sejam contratados empréstimos externos em benefício dos estados de São Paulo e do Acre, no valor total de US\$ 427,8 milhões. Do total dos recursos aprovados, US\$ 363 milhões serão contratados pelo governo paulista e US\$ 64,8 milhões pelo governo acreano.

Três autorizações beneficiam o governo de São Paulo. O primeiro empréstimo, de US\$ 34 milhões, será contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar parcialmente o Programa de Ação nos Cortiços no estado. A mensagem teve como relator o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que apresentou parecer favorável.

Também a ser contratado junto ao BID, o segundo pedido, no valor de US\$ 120 milhões, destina-se a financiar o Programa de Recuperação de Rodovias do estado de São Paulo. A mensagem foi re-



Carlos Bezerra preside a reunião da CAE em que os senadores discutiram e aprovaram diversas matérias

latada favoravelmente por Ricardo Santos (PSDB-ES). A CAE autorizou ainda empréstimo de US\$ 209 milhões, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), destinado à quarta linha do metrô da capital. O parecer foi de Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Romeu Tuma (PFL-SP) destacou a importância dessa obra para a Grande São Paulo. Ele disse que o engarrafamento do último fim de semana estendeu-se por 190

quilômetros. A nova linha do metrô, segundo Jonas Pinheiro, terá 12,8 quilômetros de extensão e 11 estações, e atenderá um milhão de pessoas por dia.

A CAE aprovou também parecer favorável de Paulo Souto (PFL-BA) a autorização do Senado a uma operação de crédito externo no valor de US\$ 64,8 milhões, a ser contratado pelo governo do Acre junto ao BID. Os recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do estado.

Lando quer examinar pedido de Rondônia

Durante a reunião de ontem da CAE, o senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu vista do parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável a que fosse autorizada operação de empréstimo externo no valor de US\$ 35 milhões para o estado de Rondônia.

O governador do estado, José Bianco, veio acompanhar a análise da matéria pela CAE. Numa deferência ao governador, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), na presidência dos trabalhos, deu prioridade ao exame do pedido de crédito externo para Rondônia. Com o pedido de vista, a matéria não pôde ser votada.

Os apelos dirigidos ao senador Amir Lando para que abrisse mão do pedido de vista ou para que devolvesse a matéria em prazo menor do que o previsto pelo Regimento Interno para o estudo da matéria – de cinco dias – feitos pelos senadores Moreira Mendes (PFL-RO), José Agripino (PFL-RN) e pelo próprio Carlos Bezerra de nada adiantaram. Amir Lando disse que pretende utilizar-se de todo o prazo previsto para a vista, a fim de verificar melhor as condições



Amir Lando requereu vista do pedido de empréstimo para avaliar situação do estado



O governador de Rondônia, José Bianco, compareceu ontem à reunião da CAE

da operação de crédito e a situação de endividamento do estado. Segundo explicou, agiu desse modo para proteger Rondônia.

Após fazer apelo por uma tramitação rápida de todos os pedidos de operação de crédito externo, que devem ser impreterivelmente votados até o dia 30 de junho, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) também aderiu ao pedido de vista de Amir Lando, sendo determinada, então, vista coletiva da matéria.

MALAN

Paulo Souto (PFL-BA) fez vee-

mente apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que libere os recursos de uma operação de crédito destinada ao Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo) aprovada há um ano pelo Senado, no valor aproximado de US\$ 15 milhões, beneficiando Bahia, Ceará e Pernambuco.

Waldeck Ornélas (PFL-BA) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apoiaram o apelo. Ornélas admitiu pedir audiência pública para que o ministro da Fazenda explique o comportamento do governo com relação a essas operações.

Comissão fará audiência sobre o caso McDonald's

Novos requerimentos visando envolver o Senado na apuração de práticas de abuso do poder econômico pela multinacional McDonald's foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Os requerimentos, de autoria dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Romeu Tuma (PFL-SP), solicitam a abertura de processo administrativo contra aquela multinacional na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) e a realização de uma audiência pública, no âmbito da comissão, para debater o assunto.

O senador Romeu Tuma quer que participem dos debates na CAE o diretor jurídico da Associação Brasileira de Franquias (ABF), Henrique Amaral, além de representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Tuma lembrou que se encontra em elaboração no Poder Executivo um anteprojeto de lei que altera a chamada Lei de Franquia. Para Tuma, o Senado deve se envolver mais nesse tema e também na apuração do caso McDonald's, por se tratar de um segmento que gera empregos e renda em diversos pontos do país. As franquias instaladas no Brasil faturaram R\$ 25 bilhões no ano passado, reunindo mais de 800 empresas de inúmeros setores.

Para o senador Roberto Requião, "a prática de danos provocados ao mercado e à livre concorrência deve ser repudiada pelo

Poder Legislativo, de tal forma a exigir prontas e enérgicas medidas das autoridades competentes, a fim de restabelecer condições razoáveis à concorrência e à competitividade".

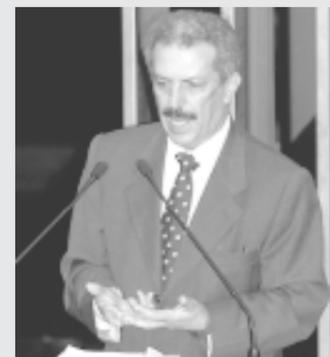
As iniciativas junto à CAE para apurar o tratamento dispensado pela McDonald's aos seus franqueados partiram inicialmente do senador Lindberg Cury (PFL-DF), que fez pronunciamento em Plenário abordando o tema. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento à CAE, também aprovado, pedindo audiência pública para tratar do assunto.

Entre as denúncias listadas pelos franqueados contra a McDonald's, segundo Lindberg Cury, estão a apropriação dos lucros do franqueado; estabelecimento de aluguel compulsório das lojas; assinatura compulsória de contratos de financiamento com o BankBoston; apropriação de clientela por loja criada pela matriz para eliminar o franqueado do negócio, depois de este haver realizado todos os investimentos; e flagrante desrespeito às leis brasileiras no estabelecimento das normas contratuais.

A rede de lanchonetes McDonald's está no país desde 1979 e possui 36 mil funcionários e 1.205 pontos de venda, distribuídos por 128 cidades. Em 2001, a rede faturou R\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 9,5% sobre o ano anterior. O Brasil está entre os oito maiores mercados da corporação McDonald's em todo o mundo.



Roberto Requião: "Prática de danos à livre concorrência deve ser repudiada pelo Legislativo"



Romeu Tuma lembra que Executivo está elaborando proposta para mudar Lei de Franquia

Célio Azevedo

Fotos: José Cruz

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Novas regras desconcentram aplicação de recursos do FAT

As aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) deverão obedecer a novas regras, segundo determina projeto de lei do senador Ademir Andrade (PSB-PA), cujo parecer favorável, de autoria do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), foi aprovado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O objetivo da proposta, segundo o seu autor, é promover a desconcentração da renda regional do país, criando condições para o desenvolvimento dos estados mais pobres.



Para Ademir, proposta visa ao desenvolvimento de estados mais pobres

A proposta prevê que à exceção dos recursos destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como determina a Constituição, ao Programa de Seguro-Desemprego e ao pagamento do abono salarial, serão reservados 2% dos recursos do FAT para a Região Norte do país; 2% para a Região Centro-Oeste; e 4% para a Região Nordeste. Esses recursos serão disponibilizados para os respectivos estados, segundo o critério populacional.

Descontados esses valores para cada região, o restante dos recursos do FAT seria distribuído para os estados, segundo o critério populacional, com base no último censo

Mozarildo enaltece programa de competitividade na indústria

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) enalteceu a decisão do governo de criar o programa Institutos do Milênio, destinado a financiar pesquisas que visem a incrementar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional, propor saídas para os problemas sociais, combater doenças e preservar o meio ambiente. O programa, informou o senador, contará com recursos da ordem de R\$ 90 milhões.

Mozarildo observou que a iniciativa faz parte de uma estratégia traçada pelo governo para ampliar os investimentos em pesquisa e no desenvolvimento do país. A principal intenção anunciada, informou, é a de estimular a iniciativa privada a participar do chamado esforço de financiamento à pesquisa no Brasil. A rede de pes-

quisas, acrescentou, será formada por 17 institutos, cada uma com uma média de 20 universidades conveniadas.

Apesar de reconhecer que o Institutos do Milênio é tímido diante das necessidades brasileiras, Mozarildo disse esperar que a iniciativa do governo possa representar uma mudança efetiva na gestão dos recursos para ciência e tecnologia e o primeiro passo para que o setor receba o reconhecimento orçamentário e a atenção que lhe são devidos.

O senador informou que o programa terá vigência de três anos e entre os objetivos estão o envolvimento de cerca de 380 empresas, a reciclagem de 1.000 profissionais, a elaboração de 120 dissertações de mestrado e teses de doutorado e a geração de 15 patentes.

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Excluindo-se os valores de recursos do FAT com destinação já prevista constitucionalmente sobram, em termos de arrecadação atual, R\$ 4,2 bilhões para outras aplicações, destacando-se os programas de geração de emprego e renda (Proger), de fortalecimento à agricultura familiar (Pronaf), e de extensão do emprego e melhoria da qualidade de vida ao trabalhador (Proemprego).

Segundo Ademir Andrade, tomando-se como base as aplicações do Proger no período de 1995 a 2000, que somaram R\$ 12,36 bilhões, 49,2% foram destinados à Região Sul do país; 19,55% à Região Sudeste; 2,07% à Região Norte; 24,45% à Região Nordeste; e 4,51% à Região Centro-Oeste.

Com as novas regras, segundo o autor da proposta, a Região Sul receberia 13,6% dos recursos do Proger; o Sudeste, 39,22%; a Região Norte, 9%; o Nordeste, 29,88%; e o Centro-Oeste, 8,3%.

Segundo Ademir Andrade, a forma como os recursos do FAT vêm sendo aplicados tem "contribuído para a concentração da renda nas regiões mais desenvolvidas do país".

Regulamentação de fundo científico é aprovada na CAE

Projeto acolhido pela comissão irá garantir continuidade na aplicação de verbas dos fundos setoriais para pesquisa na área de ciência e tecnologia

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem, em caráter não terminativo, parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), favorável à regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que movimentará, este ano, R\$ 755 milhões. A proposta original, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi alterada nas Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por iniciativa dos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e Ricardo Santos (PSDB-ES). Como relator na CAE, Ornélas também apresentou, no seu parecer, mudanças à proposta, que foram elogiadas pelo autor da matéria.

Criado em julho de 1969, ainda no regime militar, o FNDCT nunca chegou a ser regulamentado. Essa lacuna, segundo o senador Ornélas, vinha prejudicando o desempenho do fundo, que tinha de adotar um "comportamento típico da execução orçamentária", devolvendo ao Tesouro Nacional, ao final de cada exercício, os recursos não aplicados, o que compromete o desenvolvimento de muitos projetos de natureza científica e tecnológica.

Com a regulamentação aprovada ontem pela CAE, o que se



Projeto de Roberto Saturnino regulamenta fundo criado em 1969



Waldeck Ornélas apresentou parecer favorável à proposta

quer, principalmente, explicou Ornélas, é garantir uma continuidade na aplicação dos recursos do fundo, definindo-se, ainda, a composição e funcionamento dos seus conselhos e suas fontes de recursos.

As principais fontes de receita do FNDCT são os recursos provenientes dos fundos setoriais, criados recentemente para financiar

atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico.

Pela proposta aprovada na CAE, a taxa de administração cobrada pela administradora do FNDCT, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), será reduzida de 3% para 2% dos recursos aplicados. Entretanto, facultada à administradora a utilização de até 5% dos recursos do fundo para fazer frente às despesas de planejamento, estudos, pesquisas, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação dos resultados das ações do FNDCT.

Fica também estabelecida a destinação de um mínimo de 60% dos recursos do fundo, e um máximo de 70%, para o financiamento de projetos de universidades, centros de pesquisa e outras entidades sem fins lucrativos.

São estabelecidos também limites máximos de 30% da destinação dos recursos para os chamados projetos cooperativos e de 20% para os projetos na forma reembolsável, de transferência de tecnologia e desenvolvimento tecnológico de empresas. O limite para as operações de risco, seguro de risco tecnológico, equalização de encargos financeiros e participação no capital ou no resultado de empresas será de 20%.

O conselho diretor do FNDCT ganha, segundo a proposta, flexibilidade administrativa para alocar recursos do fundo, elevando percentuais de aplicação em um determinado setor, em detrimento de outros, segundo orientação estratégica.

Recursos do governo federal aplicados em ciência e tecnologia	
(Em R\$ bilhões)	
1991	2,66
1992	1,96
1993	2,47
1994	3,16
1995	3,24
1996	3,36
1997	3,07
1998	2,77
1999	2,75
2000	2,80
2001	3,99

Fonte: MCT

Instrumento financiou pesquisas inovadoras

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é o mais importante instrumento financeiro do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Nos últimos 30 anos, ele financiou pesquisas inovadoras, como a fixação biológica de nitrogênio, o desenvolvimento da vacina contra a Leishmaniose – doença endêmica em várias regiões do Brasil, como a Amazônia – e o desenvolvimento do AZT nacional, remédio usado no tratamento da Aids.

O FNDCT é formado por 14 fundos setoriais, como o CT Petro (que fomenta pesquisas na área de petróleo), CT Mineral (área de minérios) e o CT Verde-Amarelo (destinado à cooperação entre uni-

versidades e empresas). Os recursos dos fundos têm diversas origens, como os royalties cobrados de companhias de cada setor, parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, doações e o Orçamento da União. No total, o FNDCT deve movimentar R\$ 755 milhões este ano, contra R\$ 365 milhões em 2001, segundo o MCT. Do total previsto, menos de 10% vêm do Tesouro Nacional.

Se contabilizados todos os recursos federais aplicados em ciência e tecnologia, que incluem os repasses de ministérios, estatais, institutos de pesquisa e fundos, o governo injetou R\$ 3,99 bilhões em pesquisa e desenvolvimento tecnológico em 2001, contra R\$ 2,8 bilhões em 2000.

Maldaner defende que doações à defesa civil sejam deduzidas do IR

Projeto do senador, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, visa sanar a falta de recursos para equipar os órgãos municipais e estaduais de socorro a vítimas de calamidades

O Sistema Nacional de Defesa Civil poderá contar com reforço financeiro proveniente de renúncia do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e Jurídica (IRPJ). A possibilidade de doações e contribuições a órgãos de defesa civil serem abatidas do imposto devido está prevista em projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta acrescenta dispositivos às Leis nº 9.249 e nº 9.250, editadas em 1995 e que dispõem, respectivamente, sobre o IRPJ e o IRPF. A primeira alteração prevê que doações a entidades de defesa civil, até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica, poderão ser deduzidas para



Projeto possibilitará mecanismo ágil para que União colabore com defesa civil a cargo de estados e municípios, diz Maldaner

efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

A outra mudança sugerida garante às pessoas físicas deduzir, do imposto apurado, as contribuições feitas aos fundos de defesa civil. Apesar de o projeto propiciar uma “renúncia de receita”, Maldaner diz que, “na verdade, sua transformação em lei possibilitará um mecanismo mais ágil para que a União colabore financeiramente para a missão que, em-

bora executada pelos membros da Federação, é sua por força constitucional”.

Em defesa de sua iniciativa, o senador catarinense argumenta que é “geral e persistente” a falta de recursos para estados e municípios equiparem e operacionalizarem seus órgãos de defesa civil. Ele afirma ainda que o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado para possibilitar investimentos e socorro financeiro em situações de emergência, está “inoperante”. Segundo Maldaner, sem ter recebido o repasse das “minúsculas” dotações previstas no Orçamento Geral da União de 1993, 1994 e 1995, o Funcap não chegou sequer a constar do OGU de 1996.



Carlos Bezerra quer incluir suspeição entre motivos para que perito se escuse de atuar em processos

Proposta corrige falha do Código de Processo Civil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar em breve, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que inclui a suspeição entre os motivos para que um perito se escuse de intimação feita por juiz para atuar como auxiliar de processo judicial. A proposta, segundo o senador, corrige omissão do Código de Processo Civil, que cita apenas o impedimento como justificativa para a escusa do perito.

— A lei já inclui o perito no rol dos passíveis de impedimento e suspeição. O artigo 146 do Código de Processo Civil apenas faz referência ao impedimento como lastro para a escusa do perito, esquecendo elemento de igual importância interferidora na credibilidade do experto, que é a suspeição — justifica Carlos Bezerra, citando artigo do juiz Ivan Lira de Carvalho, de Natal (RN).

O próprio Código de Processo Civil já estabelece, no artigo 138, que os peritos podem estar sujeitos a impedimento ou suspeição para participar de processo judicial. Da mesma forma, o artigo 423 afirma que o perito pode escusar-se ou ser recusado por impedimento ou suspeição. O projeto de Carlos Bezerra, portanto, apenas busca dar uniformidade ao texto da lei.

— É esse lapso que queremos sanar com a presente proposição, considerando a contínua fase de aperfeiçoamento em que se encontra o Processo Civil pátrio, com vistas a uma produção legislativa compatível com o grau de distribuição de justiça esperado pela sociedade no novo milênio — argumenta o senador.

Trabalho doméstico mata a infância, diz Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chamou a atenção das autoridades do país para a situação das 560 mil crianças de cinco a 17 anos que trabalham como domésticas no país. Mesmo reconhecendo que há outras modalidades de trabalho infantil mais violentas ou arriscadas, como o tráfico de drogas, ou mais degradantes, como a prostituição, o senador afirmou que a sociedade não pode fechar os olhos para o trabalho doméstico infantil.

— Essa realidade mata a infância, leva centenas de milhares de crianças e adolescentes a se tornarem adultos antes da hora, prejudicando irreversivelmente o seu desenvolvimento psíquico, intelectual e emocional — afirmou.

Lúcio Alcântara lembrou que no Brasil o número de crianças que são empregadas diminuiu significativamente desde 1992, passando de 8,4 milhões para os atuais 6,6 milhões, em decorrência de projetos como o Programa Bolsa-Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O senador observou, no entanto, que este número ainda é muito elevado, atingindo 10% da população infantil, o que coloca o Brasil em primeiro lugar nesta questão, na América Latina.

No que diz respeito ao trabalho



Mesmo reconhecendo melhoria dos índices, Alcântara observou que trabalho infantil ainda é elevado

doméstico, Lúcio Alcântara citou reportagem da revista *Época* que mostra a realidade de crianças que trabalham em casa porque os pais, que trabalham fora, não podem pagar creche para os filhos menores, de quem os mais velhos tomam conta. Em outros casos, a criança trabalha para aumentar a renda familiar ou garantir a sobrevivência, “submetendo-se a carga exaustiva e salários irrisórios”.

— É preciso pôr um fim a esse resquício do regime escravagista, para que nossas crianças possam usufruir adequadamente dessa importante fase da vida e preparar-se para um futuro com perspectivas — disse o senador.

Escórcio propõe criação do Corredor Centro-Norte

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, abrangendo os estados do Maranhão, do Piauí e do Tocantins, o Distrito Federal e parte dos estados de Goiás, Pará e Mato Grosso. O objetivo da proposta é reduzir desigualdades regionais por meio do desenvolvimento da região.

A região teria um Conselho Deliberativo de Desenvolvimento, a ser criado pelo governo federal, composto por representantes dos governos estaduais integrantes da região e das agências de desenvolvimento regionais da área, que ficaria encarregado de elaborar o Programa Especial do Corredor Centro-Norte. O programa seria executado pelos governos estaduais e pelos órgãos e entidades federais sediados na região. Caberia às agências de desenvolvimento regionais definir prioridades, coordenar, supervisionar e avaliar sua implementação.

O programa, de acordo com o projeto, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios



Francisco Escórcio apresenta projeto para reduzir desigualdades regionais

para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais quanto aqueles de responsabilidade dos estados, principalmente em relação a tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda; linhas de crédito especiais para atividades prioritárias, e isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, para estimular a instalação de empresas, a geração de empregos e a fixação de mão-de-obra.

Os empreendimentos do Corredor Centro-Norte compreendem obras de infra-estrutura de transportes; projetos de energia elétrica, de apoio à exportação, de colonização e reforma agrária, e projetos econômicos privados.



Jane de Araújo

DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL ELOGIA COMISSÃO DE SEGURANÇA

O trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública do Congresso Nacional foi elogiado pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Itanor Neves Carneiro, recebido ontem em audiência pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

Carneiro ressaltou a importância do aperfeiçoamento da legislação para o combate à violência, e explicou que a visita a Tebet faz parte de uma série de contatos institucionais que vem desenvolvendo desde que assumiu a direção da Polícia Federal, em abril último.

O presidente do Senado também recebeu, para visita de cortesia, o presidente da Avibrás, João Verdi Carvalho Neto.

Situação dos hospitais em Goiás é precária, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denunciou a situação precária, "sem remédio à vista", em que se encontram hospitais goianos. Segundo disse, centros cirúrgicos, centrais de esterilização, cozinhas e lavanderias de 28 unidades já foram interditadas pela vigilância sanitária.

— Até mesmo itens básicos como papel higiênico, sabão e toalha de papel nos banheiros chegam a faltar nos estabelecimentos. Em 30% deles, as instalações são inadequadas. Por exemplo, necrotérios funcionam ao lado de cozinhas — exemplificou.

Mauro Miranda listou os hospitais Santa Rosa, Dom Bosco, Municipal de Campo Alegre, de Goiandira, Municipal de Monte Alegre, Municipal de Santa Terezinha, de Nova Roma, Municipal de Itajá e Municipal Protásio Viana Pena, que estão totalmente ou em parte paralisados e sem atendimento cirúrgico à população. Para o senador, não há critérios no repasse de recursos dos programas do Sistema Único de Saúde (SUS) para estados e mu-



José Cruz

Segundo Mauro, Vigilância Sanitária já interditou centros cirúrgicos de vários hospitais

nicipios.

— Será possível que as autoridades ditas competentes não se sensibilizem com esse quadro lamentável de abandono e descaído? Será que continuarão indefinidamente nesse jogo de empurra entre os níveis federal, estadual e municipal? Será que, passados dez anos da implantação do SUS, ainda ignorem que seu bom funcionamento exige a participação ativa desses três níveis, em um espírito sincero de partilha de responsabilidades? — indagou.

Senado vota proposta que libera coligação partidária

PEC torna sem efeito norma do TSE que obriga as legendas políticas a reproduzir nos estados os acordos para a eleição presidencial

O Senado vota hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) que confere aos partidos políticos liberdade para firmarem coligações. A PEC, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), torna sem efeito decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga os partidos a seguirem, nas eleições estaduais, as coligações acertadas para as eleições presidenciais — a chamada verticalização. Caso receba pelo menos 49 votos favoráveis, a proposta segue para a Câmara dos Deputados, onde também tramitará em dois turnos.

RONDÔNIA

Outras duas PECs também constam da pauta. A primeira garante



Roosevelt Pinheiro

Bernardo Cabral é autor da PEC, que deve ser votada hoje em segundo turno

a incorporação de policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União. A segunda, de iniciativa do senador Álvaro Dias (PDT-PR), institui contribuição para o custeio do serviço de iluminação do Distrito Federal e municípios.

O Senado também examinará sete projetos de lei oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública que tramitam em dois turnos de votação. Eles visam intensificar o combate à criminalidade. Já foram aprovados, em primeiro turno, o projeto que normaliza o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e o que aumenta as penas relativas a crimes de corrupção ativa e passiva.

Em primeiro turno de votação, tramitam o projeto dispo sobre o Sistema Nacional Antidrogas, o que normaliza os crimes contra a pessoa, o patrimônio e os costumes e a proposta que dispõe sobre crimes de lavagem e ocultação de bens, valores e direitos.

Jucá ressalta documento da CNBB

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou o papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na formação democrática do povo brasileiro nos últimos 50 anos. Ele destacou publicação da entidade, intitulada *Eleições 2002 – Propostas para Reflexão*, que serve de subsídio para as comunidades católicas, com vistas a uma participação efetiva delas no processo eleitoral e no debate político.

— Nesses 50 anos, a CNBB publicou muitos e importantes documentos sobre temas de natureza política e social, contribuindo para uma maior participação dos brasileiros nos processos de aperfeiçoamento da sociedade. Precisamos refletir sobre os rumos do Brasil, sobre as transformações necessárias para construirmos uma sociedade mais democrática, mais justa e solidária.

Entre os aspectos apontados pela CNBB para reflexão, Jucá apontou a necessidade de se oferecer maior garantia aos direitos humanos, principalmente às mulheres pobres, uma vez que cresce o número de lares em que elas são as responsáveis exclusivas pelo sustento da família.

Mozarildo defende propaganda eleitoral no rádio e na televisão

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou estranhar que, a cada ano, com a proximidade do período eleitoral, "vozes" se levantem contra as propagandas eleitoral e político-partidária no rádio e na televisão, apesar de a legislação garantir às emissoras o ressarcimento do horário usado, via compensação fiscal.

— O argumento de que as emissoras sofrem prejuízos com a interrupção de sua programação é falacioso e atenta contra o interesse coletivo. É bom lembrar aos dirigentes de TVs e rádios que eles são detentores de concessão para operar um serviço de utilidade pública. E os programas de divulgação político-partidária e eleitoral são, por essência, serviço de utilidade pública — disse.

Mozarildo lembrou que o governo baixou, em 2001, decreto de ressarcimento, via isenção fiscal compensatória, a fim de que os empresários do setor não se queixassem de que o Estado estaria contribuindo para inviabilizar seus empreendimentos mediante a



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo Cavalcanti lembra que as emissoras são compensadas com isenção fiscal

subtração do tempo de venda de comerciais e a perda de audiência.

O máximo que se pode questionar, segundo Mozarildo, é se os valores ou o modo de cálculo dessa compensação estão de acordo com o tempo subtraído da programação. "De resto, cabe às emissoras a responsabilidade de agir com espírito social, objetivo maior de sua existência."

O senador manifestou sua opinião de que a veiculação de projetos, programas e atividades dos partidos e seus filiados pela televisão e rádio faz parte do aperfeiçoamento do sistema democrático e do exercício da cidadania, permitindo à população posicionar-se frente às várias opções políticas.

As emissoras têm direito à compensação fiscal pela transmissão das duas propagandas políticas obrigatórias: a partidária e a eleitoral. O assunto é regido pelas leis nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, e nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições.

Acordo Brasil-EUA sobre concorrência passa na CRE

Documento prevê atividades de cooperação técnica e sistema de notificação de práticas anticompetitivas que afetem os dois países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos para a Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência. O acordo prevê o estabelecimento de um sistema de notificação de práticas anticompetitivas que afetem os dois países; a possibilidade de iniciar investigação sobre prática ocorrida no território de um país que prejudique o outro; criação de sistema de consultas entre as agências; encontros periódicos entre suas autoridades; e atividades relativas à cooperação técnica.

O relator da matéria, senador José Agripino (PFL-RN), disse que o governo brasileiro precisa dar prioridade ao comércio internacional e “não abraçar uma causa frágil” como o combate às restrições contra o aço brasileiro. Ele entende que o acordo é bom para o Brasil porque acrescenta instrumentos de negociação que não existiam e mecanismos que impedem manobras protecionistas em



Votação de acordo bilateral gerou debate entre os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ambos os países.

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou voto em separado, apoiado por Emilia Fernandes (PT-RS), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Tião Viana ressaltou que, no âmbito das relações econômicas com o Brasil e o resto do mundo, há, da parte dos Estados Unidos, “uma grande distância entre as intenções e os gestos”.

Emilia Fernandes sugeriu mais cautela em relação ao acordo. Segundo ela, era outro o contexto internacional à época em que

o acordo foi assinado pelo governo brasileiro. Roberto Saturnino disse que um acordo bilateral com os Estados Unidos, “se não for inócuo, tende a ser prejudicial”.

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o acordo bilateral poderá ser instrumento do governo brasileiro para responder ao protecionismo americano. Iris Rezende (PMDB-GO) acredita que o acordo garante direitos do Brasil.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também defendeu a aprovação do acordo por entender que abre a possibilidade de o Brasil reclamar.

Orçamento retira projetos da lista de obras irregulares

A Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem retirar mais três projetos da lista de obras com irregularidades, depois de examinar processo enviado pelo Tribunal de Contas da União, que considerou sanados os problemas que levaram à interrupção dos projetos. Com isso, voltarão a receber dinheiro do orçamento federal as obras de modernização e recuperação da infra-estrutura do campus da Universidade Federal da Bahia e o projeto de irrigação Piancó III, na Paraíba. Nos últimos dias, a comissão retirou várias obras da lista de irregularidades, inclusive o Fórum Trabalhista de São Paulo.

No caso de Piancó III, os responsáveis pelas obras foram multados porque, entre outras coisas, permitiram que as condições de

licitação “frustrassem o seu caráter competitivo” e começaram o projeto sem qualquer estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento. Conforme comunicação do TCU à Comissão de Orçamento, todos os problemas foram resolvidos e o projeto deve voltar a receber verbas do Orçamento da União, o que permitirá sua conclusão com rapidez. Piancó III, localizado no semi-árido paraibano, permitirá a produção de frutas e hortaliças irrigadas, devendo oferecer emprego a mil trabalhadores.

Por sua vez, uma investigação mais aprofundada na Universidade Federal da Bahia constatou que a antecipação de 50%, vista inicialmente como uma irregularidade, era na verdade o pagamento de um sinal previsto em contrato.

Tebet defende calendário para votação da CPMF

O presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu ontem a manutenção do calendário fixado pelos líderes partidários para tramitação da proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da CPMF. A previsão é que a votação final da matéria seja realizada em 12 de junho. Para Tebet, o Plenário do Senado deverá decidir se a possível aprovação de emenda, sem o prazo de 90 dias para o início da cobrança do imposto, fará a matéria voltar à Câmara dos Deputados.

— Temos de ver o que o Plenário pensa. A princípio, o destino de toda emenda aprovada é retornar, mas depende do tipo da emenda, da mai-

oria do Plenário — disse.

Tebet destacou a importância da CPMF, inclusive afirmou ser a favor de que a taxa se torne permanente, desde que se acabe com a cumulatividade das contribuições sociais. “Assim ganha o governo, que arrecada mais, e a população que pagará menos impostos”, observou.

O presidente do Senado mostrou-se preocupado com os índices de desemprego no país.

— Se há desemprego é porque a economia não cresce. Está na hora de atentarmos para isso. Evidentemente, se houver redução de juros pode-se ampliar os investimentos no país e gerar empregos — afirmou.



Prefeito de Ilha Solteira, Dilson César (ao microfone), entre senadores Lobão e Tuma e diretor-geral do Senado, Agaciel Maia (D)

Lobão participa de lançamento de programa para Ilha Solteira

O vice-presidente do Senado, Edison Lobão, participou ontem da cerimônia de lançamento do projeto A Conquista da Água, elaborado pela prefeitura de Ilha Solteira, que prevê a urbanização das margens do lago que abastece a terceira maior hidroelétrica do Brasil. O projeto, orçado em US\$ 60 milhões, prevê a construção de vias marginais, aeroporto, marinas com ancoradouro, teatro, jardim botânico e centros de ciência e lazer. As obras terão início este ano e devem ser concluídas até 2005.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) discursou em nome de Lobão, que estava afônico:

— O Senado tem tido a prerrogativa, por intermédio do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), de discutir todas as qualidades e as preocupações com o problema da água. Muita gente tem poluído e praticamente esgotado os manan-

ciais e prejudicado o futuro dos que venham a viver sobre a Terra — disse, destacando a importância da preservação do lago de Ilha Solteira.

Criada a partir de um acampamento da Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), que em 1968 construiu a barragem no Rio Paraná, Ilha Solteira está situada a 670 quilômetros de São Paulo.

O projeto A Conquista da Água é tema de exposição na Galeria Senado, promovida pela prefeitura de Ilha Solteira.

VISITA

No fim da tarde de ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu o prefeito de Ilha Solteira (SP), Dilson César, e representantes do projeto A Conquista da Água. Tebet prometeu visitar na quarta-feira a exposição instalada no Salão Negro do Congresso Nacional.

Exame da MP da Anistia fica para terça-feira

A comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP) que regulamenta a anistia aos perseguidos políticos entre 1946 e 1988 reuniu-se ontem para leitura do relatório de Renan Calheiros (PMDB-AL). O vice-presidente da comissão, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), pediu vista do parecer e, com isso, o texto será votado somente na próxima terça-feira.

Greenhalgh defendeu amplo debate para que o relatório seja votado de forma consciente.

Renan Calheiros frisou que a elaboração do seu parecer contou com a colaboração e o entendimento das entidades que representam os anistiados políticos e também de parlamentares.